



Como podem os países da CPLP trabalhar em conjunto contra os efeitos da crise financeira mundial¹

A recente crise financeira mundial que teve origem nos países anglófonos mudou o panorama político e económico global e afetou a quase totalidade dos países, muitos dos quais ainda estão presentemente em processo de recuperação económica. A crise salientou a necessidade de responder a problemas internacionais de uma forma unida e concertada, implicando isto a adaptação das estratégias nacionais a uma agenda global. Consequentemente, o papel das instituições internacionais e multilaterais é cada vez mais predominante, especialmente nas esferas da assistência técnica e do estabelecimento de fóruns internacionais.

Neste contexto atual de constante evolução no panorama das relações internacionais, a CPLP tem-se tornado cada vez mais um fórum multilateral para coordenação e cooperação entre os seus membros. Presentemente, a comunidade estende-se através de três continentes e a população total dos países membros já ultrapassou 250 milhões de pessoas. No entanto, as mudanças no panorama político e económico provocadas pela crise poderão abrir possibilidades no que diz respeito a uma maior cooperação económica no futuro, tendo a CPLP a possibilidade de estabelecer estruturas que induzam a partilha de conhecimento assim como investimentos entre os membros da comunidade, fomentando assim o desenvolvimento sustentável.

Este documento visa fornecer uma visão de conjunto sobre os efeitos da crise financeira mundial e dos mecanismos de contágio e transmissão para os países da CPLP. Adicionalmente, este documento tenta sintetizar os ensinamentos extraídos da crise assim como analisar alguns dos desafios e oportunidades que possam eventualmente existir para os países membros da CPLP num contexto de pós-crise.

Os efeitos da crise financeira mundial nos países da CPLP

Há quem estime que a recente crise financeira mundial foi a mais severa desde a década dos anos 30. Começou pelo falhanço no mercado hipotecário de alto risco (sub-prime) nos países anglófonos e rapidamente se tornou numa crise bancária, que através do impacto nos índices de confiança dos investidores, se propagou internacionalmente, tendo por efeito uma desaceleração económica. Porém, contrariamente às outras crises económicas, esta crise expôs alguns problemas associados à globalização, tendo consequências altamente negativas em várias economias. Além disso, a crise induziu uma mudança em termos dos padrões de relações internacionais e colocou em causa algumas facetas do paradigma económico existente, daí que os assuntos internacionais constituam

¹ Documento preparado pela Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, Dili, Timor-Leste

agora uma prioridade nacional, ressaltando a necessidade de encontrar soluções globais para responder a problemas globais.

A grande maioria dos países do mundo sentiu os efeitos da crise financeira mundial, ainda que de diferentes formas em função da estrutura e localização geográfica das diferentes economias. Os países da CPLP não escaparam aos efeitos perversos da crise económica, sendo a redução da média (não ponderada) do crescimento económico dos países da CPLP um exemplo flagrante. A média do crescimento económico entre os países da CPLP desceu de 8.33% em 2008 para 1.53% em 2012. Em causa estiveram, pelo menos, seis mecanismos de contágio da crise, que, aliados a outros fatores internacionais e nacionais podem ajudar a explicar o os acontecimentos na esfera económica nos países da CPLP. Estes seis mecanismos encontram-se listados infra:

- O sistema financeiro: Os bancos e outras instituições financeiras de alguns países sofreram com a desvalorização acentuada de vários instrumentos financeiros causando uma crise de liquidez. Estes factores causaram uma redução do crédito e do investimento e, entre os membros da CPLP que mais sofreram figuram, nomeadamente, o Brasil, Moçambique e Portugal. No caso de Moçambique, o mecanismo de contágio realizou-se preponderantemente através das estreitas relações entre as instituições financeiras destes países com bancos portugueses que não usufruíam de mecanismos de controlo e segurança. Portugal figura entre os países que mais sofreu devido à falta de confiança dos investidores, o que levou a um aumento do custo dos empréstimos e à implementação de medidas de austeridade. No Brasil, os efeitos da crise foram maioritariamente sentidos devido ao mercado dos derivados e à contração do crédito. Além disso, a fuga de capital generalizada dos investidores depois da crise teve efeitos negativos na economia brasileira. Estas experiências reforçam a necessidade de melhorar e desenvolver o setor financeiro e bancário a fim de prevenir o contágio entre os países da CPLP.
- O efeito do investimento: A crise financeira mundial provocou uma queda abrupta dos níveis de confiança dos investidores e uma maior aversão ao risco, que resultaram numa redução do investimento sentida sobretudo nos mercados emergentes. Nos casos de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, os efeitos negativos da redução do investimento fizeram-se sentir, nomeadamente, ao nível da contração do investimento direto estrangeiro (IDE). Além disso, a desaceleração económica global também afetou os níveis da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), tendo as consequências sido fortemente sentidas sobretudo em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, países que dependem da APD para o financiamento orçamental. Estes acontecimentos destacam a importância da diversificação económica a fim de mitigar o efeito da crise financeira mundial sobre o investimento. Esta é uma área de oportunidade para a CPLP no sentido em que maiores fluxos de investimento entre os países da CPLP reduziriam a dependência dos países da CPLP face aos fluxos provenientes das grandes potências económicas tais como os EUA e a China.
- Remessas e movimentos migratórios: A crise financeira proporcionou, concomitantemente, um aumento substancial dos níveis de desemprego e uma redução dos níveis salariais na Europa (especialmente nos trabalhos não especializados), implicando, conseqüentemente, uma diminuição das remessas enviadas para os países menos desenvolvidos. Nesta esfera a Guiné-Bissau e Cabo Verde foram os países que mais sentiram a redução das remessas (as

quais chegam a representar 8% do PIB no caso da Guiné-Bissau). Adicionalmente, a crise financeira também provocou alterações correspondentes a uma verdadeira inversão (por exemplo, através do reforço da migração Norte-Sul). No caso dos países da CPLP, estes novos fluxos migratórios têm ocorrido sobretudo entre Portugal e o Brasil, Moçambique e Angola, implicando isto uma maior interconexão económica entre os países da CPLP.

- **Taxas de câmbio:** Na sequência da crise, as taxas de câmbio dos países em desenvolvimento tenderam a valorizar-se. No início da crise, o dólar norte-americano foi considerado por muitos como uma moeda-refúgio, tendo por isso sofrido uma forte valorização face às moedas dos países em desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, sofreu em 2008 uma forte depreciação da sua moeda em resultado dos fluxos de capital que deixaram o país (a par de outros fatores de natureza interna). No entanto, após a apreciação inicial do dólar, a baixa das taxas de juro nos países desenvolvidos decorrente da adoção de políticas monetárias fortemente expansivas (incluindo de carácter não-convencional), originaram um aumento dos fluxos de capital em direção aos países em desenvolvimento, provocando a apreciação das suas moedas e penalizando a sua competitividade. O Brasil, por exemplo, atingiu em Julho de 2011 a sua taxa de câmbio efetiva real mais alta de sempre. A melhoria da regulamentação dos setores públicos e financeiros, poderá mitigar os efeitos de contágio negativos através deste mecanismo, particularmente nos países com taxas de câmbio flutuantes.
- **Comércio Externo:** A redução da procura das exportações nos países mais desenvolvidos afetou o comércio internacional, tendo tido um impacto em países da CPLP, como a Guiné Bissau, o Brasil ou São Tomé e Príncipe. Por exemplo, na Guiné-Bissau, o impacto da crise nas tendências do comércio internacional poderão ter contribuído para a redução das exportações de castanha de caju a partir de 2012. O caso de São Tomé e Príncipe, o impacto fez-se sentir ao nível das exportações de cacau. Também o Brasil sentiu os efeitos negativos da redução da suas exportações no início da crise, particularmente em termos das exportações de média tecnologia. Porém, a recuperação económica da China, o maior parceiro comercial do Brasil, a partir de 2009 fez com que as exportações do Brasil voltassem a aumentar.
- **Preço internacional das mercadorias:** A falta de confiança, a redução da procura e a redução nos preços do petróleo afetaram a maioria dos países da CPLP devido à sua dependência dos setores dos recursos minerais e/ou culturas de rendimento. Angola, por exemplo, ressentiu-se da diminuição dos preços internacionais do petróleo, a qual teve um impacto tanto sobre as receitas como sobre o PIB. No caso de Timor-Leste, em contrapartida, o Fundo Petrolífero permitiu suavizar os impactos resultantes da queda dos preços do petróleo. As populações de vários países da CPLP também foram afetadas pela volatilidade dos preços das culturas agrícolas – comerciais no caso da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (ambos exportadores de culturas de rendimentos) e de base no caso de Timor-Leste (através da volatilidade do preço do arroz, que Timor-Leste importa).

Ensinaamentos extraídos da Crise Financeira Mundial

Tal como anteriormente descrito, as repercussões da crise financeira mundial de 2008 são apenas comparáveis com as da crise financeira mundial da década de 1930. Quase todos os países foram afetados, embora através de diferentes canais, e os países da CPLP não foram exceção. No entanto, mesmo se o problema ocorreu à escala mundial, os países elegeram caminhos diferentes para fazer face aos obstáculos.

Consequentemente, a primeira lição a reter da crise é a necessidade de uma ação coletiva para enfrentar os problemas comuns, num mundo cada vez mais conectado através da internet, dos telefones e dos media globais. A nível internacional existe um consenso entre especialistas e atores-chave que os aspetos listados infra constituem uma lista não exaustiva de alguns ensinamentos extraídos e medidas preconizadas:

- Existe uma necessidade de reforçar os laços entre os países a fim de reduzir as vulnerabilidades individuais das nações e aumentar o crescimento económico. Neste sentido, o aumento da comunicação e a partilha de informação poderá ser benéfica para todas as partes envolvidas e poderá, inclusivamente, promover soluções inovadoras para desafios vindouros. Importa também ressaltar que o arrefecimento económico da China e dos Estados Unidos da América durante a crise afetou todos os países, sublinhando a necessidade de fomentar o comércio e as relações económicas dos países com um vasto leque de nações terceiras. Para que tal aconteça será necessário que surjam novas parcerias globais, figurando o g7+ como um excelente exemplo de partilha global de informação e de ação concertada no seio da comunidade internacional.
- O setor financeiro é um setor global que não deve funcionar sem mecanismos de controlo e equilíbrio, reforçando a necessidade de fortalecimento da banca e dos restantes atores financeiros através de regras internacionais que, depois de criadas, sejam seguidas por todos os Estados. No âmbito destas medidas, destacam-se vários pontos, nomeadamente:
 - o A monitorização da exposição das empresas e dos mercados (tal como aconteceu no caso dos créditos hipotecários de alto risco);
 - o A análise de riscos sistémicos potenciais e o desenvolvimento de práticas de gestão de risco, acautelando aumentos em termos de alavancagem financeira e mudanças nos mercados financeiros e/ou produtos;
 - o A análise de possíveis repercussões entre as empresas financeiras e os mercados (devido à elevada interconexão entre as empresas);
 - o O controlo mais estrito de instituições consideradas como “demasiado grandes para falir” e a elaboração de mecanismos que permitam a eliminação gradual dessa excessiva concentração dos riscos;
 - o Uma maior mitigação das características procíclicas da regulação de capitais;

- o A identificação de possíveis lacunas ao nível da regulamentação, incluindo lacunas nos regulamentos que visam a proteção dos consumidores e investidores e que apresentem riscos para o sistema no seu conjunto.
- A transparência tem de ser promovida a nível mundial. A falha no mercado de derivados e a reação lenta de muitas economias mundiais demonstrou a necessidade de promover instituições e processos transparentes que permitam controlos mais fortes e fomentem um maior equilíbrio e uma maior monitorização da economia global.
- Existe também uma necessidade de redesenhar o paradigma de crescimento atual onde o sistema financeiro promove níveis de endividamento dos estados que são insustentáveis do ponto de vista orçamental. Por conseguinte, afigura-se importante garantir que o recurso à dívida não prejudique a sustentabilidade orçamental.
- Poder-se-á considerar também a possibilidade de exercer um maior controlo sobre as economias de mercado de forma a conter flutuações bruscas na procura ampliadas pelas forças do mercado. Para além da vertente do financiamento, a crise também realçou a nível mundial a importância da vertente socioeconómica nas políticas nacionais, atendendo ao crescente descontentamento de certas populações, tal como evidenciado pelos protestos em vários países. Estes fatores destacam a necessidade de olhar não só para o crescimento mas também para a distribuição da riqueza.
- Por outro lado, reforçou também a necessidade de diversificar as fontes de financiamento assim como de aumentar as receitas internas (através de melhores sistemas fiscais e do alargamento da base tributária) e criar instituições que zelem pelas receitas provenientes de recursos exauríveis. Por conseguinte, a área da gestão das finanças públicas poderá ser uma área onde o intercâmbio entre os países da CPLP poderá ajudar a maximizar os benefícios da crise e minimizar os seus impactos negativos.

Como podem os países da CPLP trabalhar em conjunto para mitigar os efeitos da crise

A Crise Financeira Mundial de 2008 demonstrou a necessidade de priorizar a colaboração internacional e, neste âmbito, a CPLP oferece uma oportunidade única para a criação de uma plataforma visando simultaneamente uma maior partilha dos ensinamentos extraídos, um melhor desenvolvimento conjunto das capacidades, a expansão do mercado comercial no âmbito dos acordos regionais preexistentes e o aumento dos fluxos de investimento entre os seus membros.

Desde a sua criação em 1996, a CPLP tem evoluído desde uma organização cujos países estão unidos pelo vértice da língua para um Fórum multilateral que promove a cooperação e coordenação da política diplomática entre os seus membros. Estes objetivos são atingidos através da cooperação desenvolvida sobretudo nas áreas da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicação, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.

Contudo, o âmbito para colaborações futuras está em expansão contínua, abrindo as portas para o desenvolvimento de uma maior colaboração económica entre os membros da CPLP de modo a oferecer uma oportunidade para enfrentar alguns dos desafios originados pela crise de forma

concertada e coordenada. Uma maior colaboração económica poderá também contribuir para diluir a dependência excessiva face aos mercados dos países desenvolvidos. Ademais, a descontinuidade geográfica, aliada às diferentes estruturas políticas e económicas dos países da CPLP, poderá fomentar debates e soluções inovadoras, imprescindíveis para enfrentar os desafios enfrentados presentemente por estas economias.

Com base nos ensinamentos extraídos da crise financeira, uma base possível de discussão para a definição da estratégia de cooperação económica da CPLP no contexto pós-crise poderá incluir os seguintes tópicos:

- Promover o comércio entre os seus membros. Os países da CPLP facilitam o acesso a mercados em quatro continentes, podendo assim promover mercados para produtos agrícolas básicos e produtos manufaturados, o que poderá eventualmente beneficiar a maioria dos países da CPLP. Além disso, caso suceda novamente uma desaceleração das grandes economias, o vasto leque de parceiros comerciais poderá mitigar os efeitos negativos nos países da CPLP, o que poderá ser de particular interesse para países cujas exportações dependem fortemente da procura dos Estados Unidos e/ou da China.
- Fomentar a cooperação intra-CPLP assim como entre a CPLP e outras organizações, nações e blocos. Por um lado, a cooperação intra-CPLP poderá trazer os benefícios supracitados, enquanto que o envolvimento da CPLP com outras organizações, tais a OIT, FAO ou a UE poderão eventualmente ajudar os membros da CPLP no que diz respeito ao reforço das capacidades dentro dos países da CPLP. Além disso, trabalhar em conjunto com novos grupos multilaterais como o G7+ poderá criar novas oportunidades interessantes para a CPLP ao nível da promoção da boa governação, da democracia e da estabilidade política.
- Promover medidas para a estabilidade bancária e regulação financeira. Alguns países da CPLP têm ainda setores financeiros pequenos, relativamente frágeis e fortemente dependentes dos setores bancário e financeiro portugueses. Estes vínculos possibilitaram um efeito de contágio importante durante a crise que afetou a economia no seu todo, não se tendo confinado ao setor financeiro. Por exemplo, o efeito negativo da crise no setor financeiro, levou mesmo a uma contração do crédito o que, conseqüentemente incitou os Governos a aumentar as suas receitas através da impressão de dinheiro de dinheiro ou através de um aumento das taxas de juro. Por isso, a criação de um fórum que promova a transparência e a criação de ferramentas de monitorização, sistemas de regulação e procedimentos de auditoria será benéfico para a promoção de instituições fortes que assegurem mecanismos adequados de controlo e equilíbrio. Este ponto foi referido em secções prévias deste documento e é da maior importância se os países da CPLP desejam desenvolver ainda mais os seus mercados financeiros.
- Estimular o investimento e novas fontes de financiamento. Este é provavelmente o aspeto que poderá trazer maior benefícios para os países da CPLP, na medida em que novas plataformas de investimento poderão fomentar sinergias a nível do investimento. Um exemplo recente deste tipo de protocolos é o acordo de relações económicas mais estreitas entre a Austrália e a Nova Zelândia. Neste momento, a maioria dos Estados membros da CPLP encontra-se em estágios de desenvolvimento os quais não têm ainda acesso aos níveis de financiamento necessários para proceder a investimentos de grande escala (o que aliás

poderá também justificar investimentos conjuntos em setores-chave como o setor petrolífero). Uma vantagem acrescida deste aspeto, que tenderá a beneficiar sobretudo os países que ainda dependam fortemente da APD, consiste na possibilidade de acesso a novas fontes de ajuda internacional através do reforço da cooperação Sul-Sul e mesmo entre países da CPLP, tal como já ocorreu com o apoio financeiro de Timor-Leste a São Tomé e Príncipe e à Guiné-Bissau. Um outro exemplo prende-se com a cooperação Brasileira, presente na vasta maioria dos países da CPLP.

- São necessários novos mecanismos e instituições de desenvolvimento da dados estatísticos, avaliação e classificação financeira. A nova agenda para a cooperação futura assinada em Outubro de 2013 sublinha a necessidade de explorar novas medidas de bem-estar e de proceder a uma revisão da qualidade dos dados dos países membros da CPLP. Trabalhar para a melhoria dos dados estatísticos dos países membros permitirá uma melhor monitorização do desenvolvimento socioeconómico e ajudará as futuras análises económicas.
- Criar uma arena para o debate sobre política económica. A CPLP pode oferecer alternativas válidas que poderão contribuir para um novo paradigma de crescimento. A histórias de sucesso na redução da pobreza no Brasil, o crescimento económico em Moçambique e estabilização política em Timor-Leste poderão servir de referência para outros países da comunidade. Disponibilizar fóruns para discussão e plataformas para a partilha de conhecimentos irá desta forma contribuir para o desenvolvimento de novas maneiras de pensar sobre crescimento e desenvolvimento. Além disso, a partilha de experiências sobre estratégias de penetração de mercados e diversificação económica poderá ser benéfico para muitos estados da CPLP. Por exemplo, Timor-Leste poderia beneficiar muito da experiência de Cabo Verde no desenvolvimento do seu setor turístico.
- Promover intercâmbios na esfera da gestão das finanças públicas onde a partilha de experiências entre os países da CPLP poderia ser mutuamente benéfica e promover políticas orçamentais mais sustentáveis. Uma iniciativa neste sentido inclui, por exemplo, a ajuda que Timor-Leste pediu a Portugal para melhorar o atual sistema de tributação.

Oportunidades e desafios para a CPLP no contexto pós-crise

A crise financeira mundial de 2008 revolucionou o consenso preestabelecido no que diz respeito a processo políticos, estruturas sociais e paradigmas económicos. Acima de tudo, a lição essencial prende-se com a necessidade de estimular novas ideias que ofereçam soluções concertadas que sejam respostas adequadas a problemas globais.

A CPLP, um fórum multilateral para países de língua oficial portuguesa, tem agora a oportunidade de promover a cooperação na esfera económica. Esta oportunidade irá providenciar aos seus membros uma plataforma de discussão e partilha de experiências e lições com vista à promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo no longo prazo. Também oferece a oportunidade de alargar mercados, diversificar parceiros comerciais e aumentar os investimentos transnacionais, com potenciais benefícios para os países membros.

O maior desafio é promover cooperação e objectivos comuns num grupo de países heterogéneos que enfrentam realidades económicas, políticas e sociais muito distintas. Promover a cooperação económica entre economias tão diversas como as da CPLP irá exigir esforços políticos e diplomáticos consideráveis, especialmente devido aos contextos e acordos regionais pre-existentes que condicionam, até certo ponto, a cooperação no seio da CPLP.

Contudo, as oportunidades superam os desafios futuros porque além da expansão dos mercados e fluxos de investimentos supramencionados, a CPLP pode também oferecer um conjunto de experiências e conhecimentos que poderá ajudar no desenvolvimento da capacidade e partilha de boas práticas nos países membros. De certo modo, este tipo de cooperação já existe sob a forma de bolsas de estudo. No entanto, ainda existe espaço para alargar este tipo de apoio, particularmente ao nível do desenvolvimento da gestão das finanças públicas e da regulação da banca e dos mercados financeiros.

Um fórum económico permitirá o desenvolvimento de novas ideias que irão contribuir para um novo paradigma económico global, onde o bem-estar dos cidadãos será uma prioridade. Também poderá permitir a promoção de melhores instituições, maior transparência e formas mais eficazes de assegurar a eficiência da administração pública e a diversificação económica. Finalmente, irá oferecer a oportunidade de reforçar os laços entre os Estados-membros de modo a promover o aumento do investimento entre eles e a partilha de conhecimentos sobre diversificação económica e utilização sustentável dos recursos naturais.

Aproveitar a oportunidade para aumentar a cooperação económica na CPLP irá criar um novo espaço de debate sobre política económica, ajudar os Estados-membros e assegurar que as lições sobre a crise financeira são aprendidas, contribuindo para conceber e implementar soluções globais para problemas globais.

Referências

IMF (2010). Cape Verde: 2010 Article IV consultation and request for a 15-month policy support instrument—staff report. *IMF Country Report No. 10/349*.

IMF (2012). Angola:2012 article iv consultation and post program monitoring. *IMF Country Report No. 12/215*.

IMF (2013). Brazil: staff report for the 2013 article IV consultation. *IMF Country Report No. 13/312*.

IMF (2013). Guinea-Bissau: Staff report for the 2013 article iv consultation; debt sustainability analysis; informational annex; public information notice on the executive board discussion; and statement by the executive director for Guinea- Bissau. *IMF Country Report No. 13/197*.

IMF (2013). Portugal: 2012 Article IV consultation and sixth review under the extended arrangement and request for waivers of applicability of end-December performance criteria—staff reports. *IMF Country Report No. 13/18*.

IMF (2013). Republic of Mozambique: Staff report for the 2013 article iv consultation, sixth review under the policy support instrument, request for a three-year policy support instrument and cancellation of current policy support instrument. *IMF Country Report No. 13/200*.

IMF (2013). São Tomé and Príncipe: 2013 article IV consultation and second review under the extended credit facility arrangement—staff report; informational annex; debt sustainability analysis; press release on the executive board discussion; and statement by the executive director for São Tomé and Príncipe. *IMF Country Report No. 14/2*.

Karshenas, M. (2009). The impact of the global financial and economic crisis on LDC economies. *Mimeo*. Obtido em Fevereiro 2014 from: <http://unohrlls.org/>

Lafer, C. (2013). Reflexões sobre a CPLP: Lusofonia - sonhos e realidade. *Política Externa*, 21 (4), 225-231.

Lafer, C., Gentile, M. & Giordano, L. (2012). Financial contagion during Lehman default and sovereign debt crisis - An empirical analysis on Euro area bond and equity markets. *Consob, Working Paper*, 72 . Obtido em Fevereiro 2013 de: www.consob.it/documenti/quaderni/qdf72.pdf

Massa, I., Keane, J. & Kennan, J. (2012). The euro zone crisis and developing countries. *Overseas Development Institute, Working Paper*, 345 .

Nissanke, M. (2009). The global financial crisis and the developing world: transmission channels and fall-outs for industrial development. *UNIDO, Research and Statistic Branch, Working Paper*. Obtido em Junho 2014 de: http://www.unido.org/fileadmin/user_media/Publications/RSF_DPR/WP062009_Ebook.pdf

Vargas, J. I., A CPLP no contexto da globalização em: A participação Brasileira na CPLP. *Departamento Cultural, Ministério das Relações Exteriores*. Obtido em Juno 2014 de: <http://dc.itamaraty.gov.br/>